

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DE JOVENS E
ADULTOS: PLANEJAMENTOS E CONTEÚDOS**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

Cristina de Vargas Marconato

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A Educação Física no Ensino de Jovens e Adultos: Planejamentos e conteúdos.

Cristina de Vargas Marconato

Artigo apresentado ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Área de Concentração em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Física Escolar**.

Orientador: Prof. Dr. João Francisco Magno Ribas

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Programa de Pós-Graduação em Educação Física**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo de Especialização**

**A Educação Física no Ensino de Jovens e Adultos: Planejamentos
e conteúdos.**

elaborada por
Cristina de Vargas Marconato

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Física Escolar

COMISSÃO EXAMINADORA:

João Francisco Magno Ribas, Dr.
(Presidente/Orientador)

Maria Cecília Camargo Günther, Dr.^a (UFSM)

Adriana Claudia Martins Figuera, Dr.^a (UFSM)

Andressa Ivo Aita, Dr.^a(UFSM)

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS: PLANEJAMENTOS E CONTEUDOS

Autora: Cristina de Vargas Marconato

Orientador: João Francisco Magno Ribas

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de novembro de 2015

RESUMO

Artigo de Especialização

Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Universidade Federal de Santa Maria

Este trabalho apresenta uma análise sobre os princípios e critérios para sistematizar conteúdos da Educação Física (EF) na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio (EM). Com base em uma revisão de literatura a partir de artigos, análise documental, livros e trabalhos acadêmicos, enfocamos nos assuntos que relacionem EF, EJA, seus conteúdos e planejamentos docentes. Uma análise criteriosa de conteúdos faz-se necessária para que a EF se afirme como componente curricular, pois já existe uma quantidade significativa de produção científica na área que pode subsidiar uma sólida argumentação sobre sua condição de componente curricular na Educação Básica. Portanto, para o desenvolvimento de uma proposta de qualidade para a EF é preciso tomar como referência os conteúdos previstos para o Ensino Médio, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA sinalizam para que essa modalidade de ensino assegure uma formação equiparada à regular, porém organizada em tempos e espaços pedagógicos que atendam às especificidades do público da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Física. Componente Curricular. Conteúdos.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the principles and standards to systematize the Physical Education (PE) contents in the teaching mode of Youth and Adult Education (YAE) in High School (HS). Based on a literature review from articles, analysis of documents, books and academic papers, we give an emphasis on issues that relate PE, YAE, its contents and teaching plans. It's necessary to have a careful analysis of contents to make PE affirmed as a curricular component because there is already a significant amount of scientific production in the area that can support a solid argument on its curricular component condition in Basic Education. Therefore, it's necessary to take as reference the contents provided to High School to develop a quality purpose for PE because the National Curriculum Guidelines for YAE ensures a formation equivalent to the regular mode, but organized in educational times and spaces that comprise the specificity of the YAE public.

Key-Words: Youth and Adult Education, Physical Education, Curricular Component, Contents.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
METODOLOGIA.....	8
REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
Características do Ensino na EJA.....	9
Educação Física como componente curricular na EJA.....	14
Crterios e planejamentos dos conteúdos na Educação Física.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21

1. Apresentação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), criada pelo governo no ano de 1930, amparada por lei, é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender jovens, adultos e idosos que não concluíram seus estudos no Ensino Fundamental (EF) ou no Ensino Médio (EM). Tem como objetivo suprir o direito à educação que lhes foi negada ou abandonada. Os motivos que levam ao abandono são diversos, podem ser econômicos, sociais, políticos e psicológicos (AMORIM, 2010).

Ao longo do século XX, a oferta de educação para a EJA passou por diferentes transformações, oscilando entre modelos mais conservadores, até chegar ao modelo atual, porém continuou fora das prioridades de investimentos políticos e financeiros dos governos. As ações voltadas a essa modalidade de ensino estão longe de configurar uma política eficaz e que atenda às suas necessidades atuais.

Haddad (2007) comenta que a nível nacional, ainda não se implantou uma política exclusiva para a EJA porque a criação desses programas não deixou clara a existência de um conjunto de ações desencadeadas pelo Governo para uma Educação de qualidade, com profissionais bem remunerados e valorizados e com uma infraestrutura adequada. Gomes e Carnielli (2003) acrescentam que, no âmbito educacional e social, as diversidades são hierarquizadas e há separação das modalidades de ensino, o Ensino Regular e a Educação de Jovens e Adultos.

Nesse contexto, Gomes e Carnielli (2003) comentam a respeito dos valores precários da EJA, com uma educação de caráter mais flexível, rápido e de fácil certificação, o que a torna menos aceitável por uma parte da população. Esses pré-conceitos levam à desvalorização do ensino da EJA e de seus componentes curriculares, entre eles a Educação Física (EF).

De acordo com o documento da Educação Básica, percebe-se que a EF sofre algumas transformações ao longo do tempo. Em 1996, tornou-se componente curricular, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, nº 9394), mas continuava facultativa para estudantes do ensino noturno, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 26. Porém, com essa condição, não ficou esclarecida a questão da presença nas aulas de EF, o que é uma falha na formulação da lei.

Assim, com o objetivo de garantir a EF como componente curricular, a lei acabou sofrendo novas alterações em 2001, quando foi incluída a palavra “*obrigatória*”. Em 2003, foram realizadas novas mudanças, tendo em vista o caráter facultativo nos cursos noturnos, justificado apenas para mulheres com prole, trabalhadores com carga horária igual ou superior a seis horas, amparados pelo Decreto-lei, os que estiverem prestando serviço militar e pessoas acima de trinta anos.

Ao longo da história, conforme Souza Junior (1999), a EF vem assumindo diferentes atribuições. A disciplina representa a possibilidade de acesso a atividades que exercitam o corpo e também a diversos conhecimentos que essa área possui. A inclusão da EF como modalidade de ensino representa o acesso à cultura corporal (jogos, esportes, ginástica, lutas, danças etc.). Além disso, aborda conhecimentos teóricos, o que demonstra que a disciplina não está restrita a vivências e práticas corporais que integram a cultura corporal, mas comporta os saberes conceituais sobre essas diferentes manifestações culturais, de modo a oportunizar ao aluno o acesso e a elaboração de conhecimentos bem como instigá-lo a refletir e questionar sobre o que o professor propõe. Trata-se, portanto, de um componente curricular, cujos conhecimentos, nas suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, abrangem as diferentes manifestações da cultura corporal e suas múltiplas relações com a vida humana.

Sabe-se, no entanto, que se trata de um componente curricular pouco valorizado por não ter parâmetros de avaliação tão precisos diante de outras disciplinas e, ainda, por sua facultatividade, o que permite a ausência dos alunos sem maiores dificuldades. A representação sobre a EF e a falta de um planejamento/conteúdo, também colaboram para essa desvalorização.

O interesse pelo estudo partiu de uma pesquisa realizada com estudantes da EJA/EM nas Escolas Estaduais de Santa Maria/RS para saber a importância que a EF representava para esses alunos. Nesta pesquisa, destacaram-se aspectos interessantes, entre eles, a falta de planejamento de grande parte dos professores, que oferecem aos alunos apenas esportes, o que colabora para uma representação errada sobre a EF e fortalece sua imagem de atividade complementar.

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu a partir do entusiasmo despertado em uma das disciplinas ofertadas pelo curso de Licenciatura em EF, cujo

nome é Docência Orientada. Na disciplina, era necessário trabalhar com turmas da EJA nas escolas públicas de Santa Maria (SM), ministrando aulas e discutindo em sala de aula. A partir disso, meu trabalho final de graduação baseou-se nessa modalidade de ensino, que tem diversas características, como os diferentes grupos marcados por sua heterogeneidade.

A coleta de dados para a pesquisa foi feita por meio da aplicação de questionários. A partir dos resultados apresentados, concluiu-se que a EJA ainda precisa de reformulações na sua grade curricular e que os próprios alunos da rede percebem a importância das aulas de EF. Assim, é preciso dar mais espaço a essa disciplina e mais valor como componente curricular, pois o que ocorre, efetivamente, é que a EF não é tratada e nem organizada como um componente curricular.

Pode-se perceber, a partir dos dados coletados e dos estudos feitos, que, mais uma vez, a EF é considerada apenas uma prática de esportes, como exercitar o corpo, interagir com os colegas, entre outros. Porém deve-se compreender que esse componente curricular não é apenas uma atividade, ela deve estar vinculada a aspectos históricos, sociais e culturais, uma vez que tem parcela importante dentro da educação dos alunos, visto que abrange uma diversidade de conteúdos com os quais podem ser trabalhados todos esses valores. Já existe uma quantidade bastante significativa de produção científica na área da EF que pode subsidiar uma sólida argumentação sobre sua condição de componente curricular na Educação Básica.

Portanto, com base nessas pesquisas, uma análise criteriosa de conteúdos faz-se necessária para que a EF afirme-se enquanto componente curricular. Partindo desse pressuposto, o professor poderá planejar de forma mais coesa sua prática docente, o que vai gerar uma qualificação no processo de ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, o problema de pesquisa consiste em discutir princípios e critérios para sistematizar conteúdos da EF na modalidade de ensino da EJA no EM.

2. Metodologia

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, tendo em vista que esse processo permite tratar o tema de estudo de forma dinâmica e complexa. A pesquisa

qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente descritivos, a preocupação com o processo é maior do que com o produto, e a análise de dados tende a seguir um processo indutivo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

O método de análise deste estudo caracteriza-se como teórico, pois são estudos descritivos que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e/ou a relação de causalidade entre fenômenos (RICHARDSON, 1999). Neste viés, caracteriza-se como descritiva propositiva, sendo que o centro das análises estará especialmente na interpretação dos conteúdos a partir da construção de procedimentos adequados para tal (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

O trabalho está estruturado em duas partes. A primeira toma por base uma revisão de literatura a partir de artigos, análise documental, livros e trabalhos acadêmicos, enfocando nos assuntos que relacionem EF, EJA, seus conteúdos e planejamentos docentes.

Em um segundo momento, com base na produção específica da área, pretende-se verificar conteúdos pertinentes para EJA/EM na EF, a fim de proporcionar melhoria na qualidade das aulas.

3. Referencial teórico

3.1. Características do Ensino na EJA

A EJA é uma modalidade de ensino de nível fundamental e médio que oferece oportunidades aos jovens e adultos que desejam iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos. Essa modalidade é norteadada por vários princípios, entre eles o que consta na Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso I, que garante o acesso ao ensino fundamental e médio gratuito, incluindo os que não tiveram acesso na idade própria. Esse dispositivo determina o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) definiu que a EJA deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada a que se destina o ensino regular.

De acordo com a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, art. 5 do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA –, a oferta dessa modalidade de ensino deve considerar

as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Segundo o Parecer n.º 11, de 10 de maio de 2000, do CNE, a EJA tem três funções: reparadora, equalizadora, qualificadora. Referindo-se a reparação do direito de ter acesso a uma educação de qualidade. A igualdade de oportunidades que possibilitarão aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social. E, por fim, uma educação permanente, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares.

A prática educativa é um desafio, pois o educador passa grande parte do tempo revendo conceitos, buscando dar o melhor a seus educandos. O perfil desses educadores constitui-se ao longo de sua carreira e requer um acompanhamento. Para Ribas e Soares (2012, p. 4), “A concepção moderna do educador exige uma sólida formação científica, técnica e política, claro que, atrelada a uma prática pedagógica crítica e consciente para avaliar a atual condição da educação”. Ou seja, com a modernização e a quantidade de informações que são transmitidas de diversas formas para os alunos, é preciso maior qualificação e busca de informações. A qualificação é fundamental para os profissionais envolvidos no processo de ensino. Nesse contexto, a formação continuada dá oportunidade para repensar a prática e melhorar a qualidade das aulas.

Ao refletir sobre a formação do docente para atuar na EJA, é importante pensar que o docente está inserido em uma realidade específica, na qual os educandos trazem consigo contribuições a partir de suas experiências que devem auxiliar e facilitar o trabalho do educador. O entendimento de mundo de uma pessoa que regressa aos estudos na idade adulta, muitas vezes após anos afastados da escola ou, mesmo daquele adulto que está começando sua trajetória escolar, é bem peculiar. São pessoas que já formaram uma visão de mundo pelas experiências vividas e que têm suas crenças e valores já constituídos.

Além disso, os alunos jovens e adultos, ao contrário daqueles que frequentam as demais modalidades de ensino, têm traços de vida, origens, idades, vivências

profissionais, históricos escolares, ritmos e aprendizagens diferenciadas. Uma das características mais importantes é que esse público já traz um conhecimento que, apesar de ser adquirido de diferentes formas, também merece ser levado em consideração dentro da escola e não deve ser subestimado.

Os alunos de EJA já possuem uma representação da escola, da atividade física e da Educação Física escolar, formada a partir das vivências que compõem a história pessoal de cada um... Essas representações podem ser positivas ou negativas. (BRASIL, 2002, p. 194-195).

Como afirma Freire (1996), isso seria não só considerar o que os educandos da EJA, que são na maioria das classes populares, trazem de sabedoria, mas também, articular junto deles, saberes e conhecimentos maiores e, possivelmente, uma aproximação com os conteúdos da EF escolar. Nesse contexto, o professor deve estar preparado para lidar com as diversas experiências trazidas pelo educando, usá-las a seu favor e transformá-las em conhecimento significativo para o aluno no processo de ensino aprendizagem.

O sistema escolar, por sua vez, também deve contribuir apresentando qualidade de ensino e ainda se adequar a essa modalidade, suprimindo as necessidades que esses alunos apresentam. É necessário tornar a aprendizagem mais significativa para todos. De acordo com Freire (1996, p. 21), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Para esses alunos, a escola deve ser um espaço de sociabilidade, de transformação social e de construção de conhecimentos. Conhecimentos sustentados na perspectiva daqueles que aprendem saberes diversos e que tenham especialmente um significado. Como esse educando já vem com uma experiência de vida, o professor deve levar em conta essa bagagem ao preparar seu conteúdo. Portanto, os profissionais da EJA podem representar um importante avanço nas políticas de acesso e permanência dessa modalidade de ensino se bem preparadas, pois ela pode representar o elo entre as políticas e uma possível efetivação destas na prática pedagógica do professor.

Trabalhar com jovens e adultos requer organização e planejamentos dos conteúdos, que devem ser fundamentados na capacidade de tomar decisões, visando toda a complexidade do processo educacional. Entre as atribuições do professor está o compromisso em mostrar que a EJA é uma educação possível e

capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, compreender melhor o aluno e sua realidade diária, acreditar nas possibilidades do ser humano, além de buscar seu crescimento pessoal e profissional.

Cabe ao educador a busca permanente por qualificação para desenvolver ações pedagógicas que atentam às necessidades dos educandos e suas experiências socioculturais. O professor deve estabelecer o aprendizado com base na realidade do educando, propondo apropriação dos conteúdos a partir das histórias relatadas por eles. Portanto, o primeiro passo para uma experiência bem-sucedida consiste em saber quem são esses alunos, onde e como vivem e qual é o seu histórico de vida. Essas informações devem ser observadas e levadas em consideração também no currículo.

Para Souza (1999), currículo é a dimensão cognitiva e cultural do ensino, isto é, seus conteúdos, saberes, competências e valores. Acaba ampliando a organização disciplinar, no sentido de objeto, matérias do ensino. De modo geral, pode-se dizer que, de acordo com Souza (1999, p. 83), o componente curricular é

[...] um elemento da organização curricular da escola que, em sua especificidade de conteúdos, traz uma seleção de conhecimentos que, organizados e sistematizados, devem proporcionar ao aluno uma reflexão acerca de uma dimensão cultural e que, aliado a outros elementos dessa organização curricular, visa a contribuir com a formação cultural do aluno.

O que se observa no estudo de um currículo é a tentativa de homogeneização, com propostas gerais, como se todas as turmas fossem universais. Isso é mais notável na EJA quando, muitas vezes, os alunos dessa modalidade devem estudar os mesmos conteúdos prescritos nos programas e seguir a mesma lógica do ensino regular, mas é preciso lembrar que apresentam características específicas que devem ser consideradas no processo de elaboração da proposta curricular.

De acordo com Gomes e Carnielli (2003, p. 47), “a expansão do ensino médio tem-se realizado crescentemente em termos relativos, pela educação de jovens e adultos – EJA -, reacendendo temores de facilitário educacional”. O desafio torna-se ainda maior, uma vez que as propostas para essa modalidade de ensino quase sempre têm como características o aligeiramento dos estudos, educação facilitadora e flexível, justificando-a por diferentes motivos, e porque de alguma forma os alunos acabaram sendo excluídos do Ensino Regular. Conseqüentemente, esses indivíduos

adquirem certificação de menor prestígio, pois estudam ou estudaram em uma modalidade de ensino em que a qualidade não é tão boa nem prioritária, o que faz com que se tornem segunda opção no mercado de trabalho.

Ao contrário das demais modalidades de ensino, as turmas compostas por esses sujeitos são diversificadas, e seu reconhecimento é imprescindível para desenvolver formas curriculares que atendam às especificidades desse grupo e contribuam para a formação desses sujeitos, com vista para o exercício consciente da cidadania e o acesso ao conhecimento que lhes possibilite enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Não ter acesso a uma educação de qualidade é viver sem esclarecimentos sobre o mundo. Socialmente, é estar marginalizado culturalmente e não estar qualificado para o mercado de trabalho, que cada vez se torna mais exigente e competitivo. Reparar essa realidade excludente é uma das funções da EJA. Diante disso, destaca-se a função reparadora da EJA, que busca a restauração de um direito negado – o direito a uma escola de qualidade.

Função Reparadora: não se refere apenas à entrada de jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito de uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade antológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos (BRASIL, 2002, p.18).

É preciso entender e compreender a realidade em que as diferenças podem ser tratadas de formas diferentes e podem ser modificadas a partir da conscientização de professores, escolas e poderes públicos, pois refletem no conhecimento que os alunos carregam não só para a sala de aula, mas para a vida. Diante disso, o currículo não deve ser compreendido como um elemento neutro e de transmissão desinteressada para esses sujeitos, mas como algo significativo e que desperte interesse.

De acordo com dados recentes do Governo Federal, divulgados pelo Jornal Zero Hora (2012), a EJA está se tornando cada vez mais Educação de Jovens e Adolescentes. Dados do Rio Grande do Sul apontam o aumento de alunos menores de 18 anos em 10% apenas em 2010 na modalidade de ensino da EJA. Números da Secretaria Estadual da Educação apontam continuidade do fenômeno em 2011 na

rede estadual. Segundo Melo (2012), a situação, cinco anos antes, era de equilíbrio, mas atualmente os estudantes de EJA são de 23,4% adolescentes, indo contra a média nacional de 14,7%.

Cada vez mais, a EJA é caracterizada pela participação de jovens, além de ser crescente o número de estudantes-trabalhadores. Devido às suas condições de vida e as obrigações, abandonam o Ensino Regular para trabalhar ou procurar emprego. Nesse contexto, o trabalho é uma necessidade anterior à necessidade de estudo para as classes mais baixas no Brasil, pois se trata de assegurar a sobrevivência. De acordo com Reis (2011, p. 42),

um dos fatores que tem dificultado a construção de uma identidade pedagógica da EJA e de sua adequação às características específicas da população a que se destina é o fato desse público estar cada vez mais jovem e urbano, como consequência da dinâmica escolar brasileira e das pressões do mundo do trabalho.

No que diz respeito aos alunos frequentadores da EJA, percebe-se que a procura aumenta cada vez mais, em decorrência de diversas vantagens relacionadas, de acordo com Gomes e Carnielli (2003), com uma série de motivos, como o processo de reprovação ou evasão no ensino regular, a agilidade na conclusão dos cursos, o convívio mais direto com a diferença, a flexibilidade de seus horários e currículos. Todos esses aspectos contribuem para o ingresso dos alunos, principalmente os de nível médio, na EJA.

O aumento de adolescentes nas turmas de EJA representa sérios problemas na escolarização prevista para crianças e adolescentes, e reproduzir na EJA as mesmas práticas pode levá-los a abandonar a escola. Toda essa diversidade e complexibilidade reflete no currículo desses alunos.

3.2. Educação Física como componente curricular na EJA

De acordo com a legislação, a LDB (BRASIL, 1996), no que se refere à Educação Básica, no artigo 26, aponta que

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] § 3º A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às

faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Do ponto de vista legal, existe uma Proposta Curricular específica para orientar sua realização (BRASIL, 2002), mas essa obrigatoriedade é ambígua nesse mesmo artigo, pois abre exceções na sua obrigatoriedade. Torna-se um desafio contribuir com conhecimentos para essa disciplina, uma vez que essa área é situada numa condição marginal no currículo escolar para essa modalidade de ensino.

Para Paim, Günther, Silva e Ojeda (2010, p. 18) a EF

inserida nesse quadro complexo que é a EJA, ocupa um lugar flutuante, embora formalmente presente, materializa-se de muitas formas, em geral assumindo um caráter de atividade ou conjunto de atividades e não de componente curricular.

Como esse componente curricular não existe nos processos seletivos, o seu reconhecimento é reduzido ainda mais, pois, além da importância que os alunos dão para as outras disciplinas, a escola acaba ratificando o afastamento das aulas, cedendo espaço para as outras aulas ou atividades que tenham exigência maior para a escola.

Carvalho (2013, p. 38) comenta que a EF no processo escolar é encontrada como

[...] área do conhecimento “responsável” por tratar e educar o corpo, seus hábitos e movimentos. Por sua vez, a forma como seleciona os conteúdos específicos, os desenvolve, a relação que estabelece com as demais áreas do conhecimento acabam valorizando um determinado tipo de técnica (em particular, a excelência dos gestos de alguns esportes, em sua forma competitiva), negando outras experiências.

Na concepção ainda predominante de conhecimento, a construção de conteúdos próprios da EF deve ser realizada ao longo da escolarização, planejada e aplicada de forma gradual. As diversas experiências dos sujeitos, às vezes, constituem-se em obstáculos dos conteúdos selecionados para ensinar, mas sabe-se que essas questões não têm sido contempladas nas escolas e, muitas vezes, os professores da EJA não têm conhecimento sobre a existência de materiais sólidos sobre os conteúdos que podem ser trabalhados e suas diferentes formas de utilização.

Torna-se um desafio abordar essas questões e planejar conteúdos para trabalhar com as turmas de forma que os alunos possam contextualizar e

argumentar. Apesar das várias dificuldades da disciplina, sabe-se que já existe um acúmulo de produção científica na área que pode subsidiar uma sólida argumentação sobre a condição da EF como componente curricular, mas é preciso dar mais ênfase na EJA sobre conteúdos que podem ser abordados para esse público. É questionável, no entanto, se essa produção tem atingido ao professorado que atua nas escolas.

Nesse sentido, Carvalho (2011, p. 2) defende uma concepção de EF para EJA como uma

[...] prática pedagógica, aborda / tematiza o conhecimento da área denominada "Cultura Corporal", através da contextualização (teórica e prática) dos jogos, das ginásticas, da dança, das lutas, da forma esportivizada que estas atividades assumem, assim como pela ludicidade e prazer que o trabalho corporal propicia (jogos e brincadeiras). Estas práticas envolvem códigos, sentidos e significados da sociedade que os cria e mantém – sendo, portanto, produção cultural.

A partir disso, entende-se que a EF não é apenas uma disciplina prática importante pelo fato de proporcionar uma cultura corporal, mas também uma disciplina teórica que deve disponibilizar ao aluno o conhecimento e fazê-lo refletir e questionar, pois abrange uma diversidade de conteúdos com os quais podem ser trabalhados todos esses valores. A EF deve ser um componente curricular cujos conhecimentos, nas suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, abranjam as diferentes manifestações da cultura corporal de movimento e suas múltiplas relações com a vida humana.

O aluno deve ser levado em consideração de forma geral, o que resulta em uma educação integral. No que se refere à cultura corporal de movimento, sabe-se que o aluno já conhece o básico de seus conteúdos, ainda mais os alunos de nível médio. Nesse contexto, o professor deve se apoiar em pesquisas, com conteúdos teóricos, ricos em conhecimentos históricos e culturais de modo a problematizar e a questionar a cultura corporal. A falta de um planejamento e de metodologias na disciplina EF gera a falta de interesse por parte dos alunos e, conseqüentemente, um julgamento equivocado.

Segundo a LDB, o Ensino Médio objetiva consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na educação fundamental, desenvolver a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, e não apenas preparar para o vestibular. Pode-se concluir que o aluno não

deve aprender apenas como fazer, mas, fundamentalmente, aprender a aprender. Ou seja, um processo de formação deveria orientar os sujeitos no sentido de saber aplicar/utilizar esse conhecimento. Inspirado nisso é que se pretende indicar critérios para sistematização de conteúdos da EF/EM na EJA.

3.3. Critérios e planejamento dos conteúdos na Educação Física

Para o desenvolvimento de uma proposta para a EF, é importante tomar como referência os conteúdos previstos para o Ensino Médio, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA sinalizam para que essa modalidade de ensino assegure uma formação equiparada à regular, apenas organizada em tempos e espaços pedagógicos que atendam às especificidades do público da EJA.

Esta pesquisa limita-se ao EM. Logo, serão abordadas apenas as ideias relacionadas a esse nível educacional. Como o ensino na EJA é equiparado ao EM, toma-se como base o livro de autoria de Palma, Oliveira e Palma (2010), *Educação Física e a organização curricular*, em cujas páginas os autores propõem uma organização curricular que contribua para a sistematização de um conteúdo próprio para a modalidade de ensino. No livro, é apresentada uma proposta de organização para o EM em núcleos de concentração.

Nessa proposta, os autores, Palma, Oliveira e Palma, sugerem a ampliação de abordagens e complexidade, em que o movimento humano seja culturalmente construído e não centrado apenas em modalidades esportivas. São propostos temas específicos para cada ano nos núcleos: o movimento e a corporeidade; o movimento e os jogos; o movimento e o esporte; o movimento em expressão e ritmo e o movimento e a saúde. Em determinado ponto do livro, são abordados os objetivos do docente, propostos para o EM de acordo com cada ano. Entre esses objetivos, os autores citam que é importante aprimorar sempre cada conteúdo e movimento humano.

Cabe destacar que, embora a disciplina não deva deixar de trabalhar com os conhecimentos fisiológicos e desportivos, a ideia de ensinar apenas o gesto motor é ultrapassada. Além disso, o professor precisa incentivar a reflexão crítica dos alunos, os significados de cada prática corporal, do movimento humano e estar atento ao princípio da diversidade e à inclusão de todos nas aulas.

O princípio da diversidade precisa estar presente ao se buscar uma aprendizagem significativa, entendida aqui como a aproximação entre os alunos e o conhecimento construído pela cultura corporal de movimento ao longo do tempo. A escolha de objetivos e conteúdos deverá se pautar pela diversidade presente nas vivências dos diferentes grupos que chegam à escola. Esse movimento ocorre a cada novo período e pode ser associado às possibilidades de relacionamento com outras áreas do conhecimento, dentro dos projetos de trabalho ou mesmo dos conteúdos segmentados e predeterminados no planejamento. (BRASIL, 2002, p. 199-200).

Em propostas concretas para rede de ensino, há o exemplo do estado de Pernambuco, que propõe uma organização dos saberes escolares em EF por meio de ciclos e aprofundamento da sistematização do conhecimento. Também são mencionados objetivos para as unidades didáticas, em que os conteúdos são tratados de forma aberta.

Neste ciclo cabe ao estudante aprofundar, de forma sistematizada os conhecimentos da cultura corporal acerca do esporte, do jogo, da dança, da ginástica, da luta, analisando o projeto social em construção e explicando as regularidades científicas. (PARÂMETROS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013:30).

Ensino Médio	Única	15 a 16	3 anos	1º ano	1º ano	Aprofundamento da sistematização	C	Aprofunda a sistematização do conhecimento. Desenvolve explicações e traduz para outro a ideia, exprime a intencionalidade e a funcionalidade.
		16 a 17		2º ano	2º ano		A	Reconhece a relação entre as particularidades e as generalidades, as diversidades e as regularidades do conhecimento. É momento e situação de síntese de aprendizagem.
		17 a 18		3º ano	3º ano		SQ	Reconhece a relação entre o que é comum entre os distintos fenômenos e o que é próprio de cada um.

(Fonte: Parâmetros para a educação básica do Estado de Pernambuco, pág. 32)

C – características; A – ação do estudante; SQ – salto qualitativo.

A proposta curricular do projeto Lições do Rio Grande reconhece o desafio de construção de uma proposta pedagógica a ser desenvolvida ao longo dos anos escolares, objetiva dialogar, por meio de uma análise descritiva. Com tal referencial, a EF nesse documento é organizada a partir de competências e habilidades, princípios e temas estruturadores, que perpassam o tratamento crítico da cultura corporal do movimento. Aqui, pode-se citar como exemplo o programa da COPERVES da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dividido em PS1, PS2 e PS3, método já extinto, mas ainda usado como uma referência de organização.

Como já mencionado anteriormente já existem materiais que abordam a EF e seus conteúdos (BRASIL, 2002).

Sabendo de toda essa organização, que corresponde a um planejamento é que se pergunta: o que ensinar para os alunos da EJA/EM?

Para o desenvolvimento de uma proposta para a EF, é importante tomar como referência conteúdos previstos para o Ensino Médio apenas organizados em tempos e espaços pedagógicos que atendam às especificidades do público da EJA. Assim, cabe aproximar os conteúdos curriculares da realidade dos alunos e contextualizar.

Alguns critérios que podem ser desenvolvidos trazem assuntos que favorecem as habilidades fundamentais; abordam conceitos estruturantes da área, como as questões relacionadas à saúde etc; assuntos que têm relevância social e assuntos que toquem no conhecimento que os alunos já possuem. Cabe destacar que a busca do conhecimento docente é fundamental para o melhor desempenho e aproveitamento dos alunos. Não é o propósito, aqui, propor uma metodologia própria para a EF na EJA, mas oferecer alternativas para que o processo de aprendizagem seja o mais qualificado possível.

A partir disso, do primeiro passo e dos critérios sugeridos, pode-se almejar maior participação nas aulas de EF na EJA/EM, porém cabe lembrar que os alunos possuem um conhecimento, não só uma bagagem de Ensino Fundamental, como também das diferentes realidades. A direção dos conteúdos escolares, em procedimentos, conceitos e atitudes, deve ser apontada para uma valorização das atividades e dos movimentos sem restringi-los ao universo das habilidades motoras e dos fundamentos dos esportes, incluindo procedimentos de organização, sistematização de informações, aperfeiçoamento, entre outros. Aos conteúdos conceituais de regras, táticas e alguns dados históricos de modalidades, somam-se reflexões sobre os conceitos de ética, estética, desempenho, satisfação, eficiência, entre outros. E, finalmente, os conteúdos de natureza atitudinal são explicitados como objeto de ensino e aprendizagem e propostos como vivências concretas pelo aluno, o que viabiliza a construção de uma postura de responsabilidade perante si e o outro.

A redefinição dos conteúdos exige, conseqüentemente, outra postura avaliativa, ou seja, apenas mudando o caráter seletivo da avaliação, pode-se ter

uma nova escola. Não tem sentido tratar de forma diferente os conteúdos escolares se, ao final do processo, a avaliação continuar sendo utilizada para classificar e excluir os alunos. Por isso, é tão importante repensar a avaliação também, pois é ela que sanciona e legitima a repetência e a evasão. Na EJA, os alunos encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento e têm experiências diferenciadas com a escola: há os que a frequentam pela primeira vez e os que já têm vivências escolares e são geralmente jovens, apresentando uma trajetória marcada pelas repetências ou pelo abandono devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família. Essas diferenças devem ser consideradas para a organização dos tempos escolares e seus conteúdos.

Portanto, é fundamental que o professor ajude os alunos a estabelecer relações entre o que já aprenderam e o que estão aprendendo, criando nas aulas um ambiente favorável à troca de ideias e práticas. Isso significa que os professores devem, constantemente, propor questões que possibilitem aos alunos refletir sobre o que sabem e o que estão aprendendo. Outras vezes, é o professor quem explicita as relações que ele pode estabelecer entre um conhecimento e outro.

4. Considerações Finais

A EJA é uma modalidade específica da educação básica que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua trajetória. Essa modalidade de ensino não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender às especificidades dos sujeitos que pretende abranger.

Entender o lugar da EF na EJA traz uma necessidade de ampliação do olhar, dos docentes aos alunos, considerando o corpo como uma construção social. Essa construção começa desde suas experiências vividas, em seus grupos e realidades distintas, nas aulas de EF. A partir disso, a disciplina pode trazer grandes contribuições para esses sujeitos por meio de seus conteúdos, fazendo com que os alunos pensem criticamente, sendo autônomos, criativos e participativos nas aulas.

A EJA, como modalidade educacional que atende alunos-trabalhadores, deve ter por finalidade o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral. Nesse sentido, passa a propiciar ao educando o desenvolvimento da sua

autonomia intelectual e moral. Investindo em uma formação que possibilite ao sujeito aprender criticamente. A educação de jovens e adultos encontra-se diante de antigos e novos desafios para melhorar a sua qualidade como um todo. Dentro desses desafios, está a formação de professores para atuar na modalidade de ensino.

A caracterização da EF como componente curricular obrigatório parece assegurar sua oferta, porém está longe de garantir a presença dos estudantes. O grande desafio de ser professor consiste em buscar o conhecimento, inovando sua prática, capacitando-se para atender às demandas da realidade na qual educador e educando estão inseridos. É necessário que o professor não se restrinja apenas à sala de aula e seus conteúdos desportivos, mas perceba que ele é parte integrante e responsável da escola e, porque não, da própria sociedade.

Por fim, acredita-se no investimento financeiro e político como forma de melhorar esse ensino, na busca do conhecimento e no desenvolvimento de conteúdos adequados para esses sujeitos, capacitando suas formas de pensar e agir, estimulando o conhecimento do seu corpo e mente e, conseqüentemente, trazendo a satisfação de um corpo completo.

5. Referências

AMORIM, T. L. L. **Educação de Jovens e Adultos: Ontem e Hoje**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-ontem-e-hoje/52171/>> Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, outubro de 1988.

_____. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, dezembro de 1996.

_____. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª série) Volume 1 e 3**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1/2000**. In: SOARES, Leôncio. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARVALHO, R. M. **Orientações norteadoras para a Educação Física na EJA.** 2011.

_____. **Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.** Bananeiras: Revista Lugares de Educação, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, C.; CARNIELLI, B. **Expansão do Ensino Médio: Temores Sobre a Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Caderno de Pesquisa, 2003.

GUNTHER, M. C. C.; SILVA, G. N.; PAIM, A.S.; OJEDA, T. R. **A educação física na educação de jovens e adultos.** Anais do II Congresso Estadual de Educação Física na Escola: "Educação Física Escolar: desafios a prática pedagógica." 2010.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MELO, I. **Cresce a Procura de Adolescentes por Ensino da EJA.** 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/07/cresce-a-procura-de-adolescentes-por-ensino-da-eja-3808368.html>>. Acesso em: 22 outubro 2013.

PALMA, A. P; OLIVEIRA, A.P; PALMA, J.A. Educação Física e a organização curricular: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. Londrina: Eduel, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco.** Pernambuco, 2013

REIS, J. A. P. **As Trajetórias de Vida dos Estudantes-Trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos: os Significados da Educação Física. Um Estudo em uma Escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.** 2011. 216 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

RIBAS, M. S; SOARES, S. T. **Formação de professores para atuar na educação de jovens e adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento**

da prática docente. IX ANPED SUL, Seminário de pesquisa em Educação da região sul, 2012.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. (Org.). **Referencias Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, Códigos e suas Tecnologia.** 1 ed. Porto Alegre: SE/DP, 2009

SOUZA JUNIOR, M. **Educação física escolar: política, investigação e intervenção.** Vol.1. Vitória, proreitoria, 1999.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Programa de referência da coperves.**

<http://www.coperves.ufsm.br/concursos/vestibular_ead_2014/arquivos/programa_referencia_2013.pdf> Acesso em: 18 setembro 2015.